



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

*IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS*

**P.G.A.**

**Plano Geral de Atuação  
2016 / 2017**

**DEFENSORA PÚBLICA-GERAL**

**Christiane Neves Procópio Malard**

**SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

**Wagner Geraldo Ramalho Lima**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:**

**PRESIDENTE:**

**Hellen Caires Teixeira Brandão**

Defensora Pública – Coordenadora de Projetos e Convênios  
e Assessora de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública Geral

**RELATORES:**

**Alexandre Tavares Costa**

Defensor Público – Coordenador Cível da Capital

**Marcelo Carneiro Vieira**

Defensor Público – Coordenador das Famílias e Sucessões da Capital

**Fernando Luis Camargos Araújo**

Defensor Público – Coordenador Criminal da Capital

**Ana Cláudia Almeida Costa Leroy**

Defensora Pública Titular da 13ª Def. de Família - Curadorias

**Rafael de Freitas Cunha Lins**

Defensor Público – Assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública-Geral

**Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha**

Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças

**Carla Aparecida de Souza Carvalho**

Diretora de Recursos Humanos

**Kelisson Rodrigo Parreiras Murta**

Superintendente de Gestão da Informação

## SUMÁRIO

1.	PGA 2016-2017 –	04
1.1	O que é PGA?	05
2.	METODOLOGIA	05
3	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	06
3.1	ÁREA TEMÁTICA: Institucional	06
3.1.1	Defensoria Pública-Geral	06
3.1.2	Coordenadoria de Capacitação / CCap	10
3.1.3	Superintendência de Planej. Gestão e Finanças/SPGF	12
3.1.3.1	Diretoria de Recursos Humanos/DRH	14
3.1.4	Superintendência de Gestão da Informação/SIGI	15
3.1.4.1	Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas	15
3.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico	16
3.2.1	ÁREA TEMÁTICA: Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial	16
3.2.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento inicial	17
3.2.3	ÁREA TEMÁTICA: Cível	19
3.2.4	ÁREA TEMÁTICA: Família e Sucessões	20
3.2.5	ÁREA TEMÁTICA: Criminal	22
3.2.6	ÁREA TEMÁTICA: Especializadas	23
3.2.6.1	Def. Especializ. em Direitos Humanos, Coletivos. e Socioambientais/DPDH	23

3.2.6.2	Defensoria Especializada da Saúde	.....	24
3.2.6.3	Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência	.....	26
3.2.6.4	Defensoria Especializada da Infância e juventude	.....	26
3.2.6.5	Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente	.....	27
3.2.6.6	Defensoria Especializada do Consumidor	.....	28
3.2.6.7	Defensoria Especializada Tribunais e Superiores	.....	29
4	CONCLUSÃO	.....	30

## 1. PGA 2016-2017

É com satisfação e muita expectativa que se divulga o PGA 2016/2017.

Satisfação porque, concluindo o terceiro biênio de sua elaboração, o documento se apresenta de forma mais consolidada entre seus colaboradores, tendo recebido um maior número de sugestões.

Expectativa porque, a Defensoria de Minas Gerais passa pelo momento da elaboração de seu planejamento estratégico. Planejamento esse que se apresenta como primeira e primordial meta a ser executada e importará na definição de uma estratégia de médio e longo prazo.

Sabe-se, porém, que para se chegar aos resultados desejados faz-se necessário um bom plano operacional.

Desta forma, com o planejamento estratégico, o exercício anual de elaboração de um plano, instrumentalizado pelo PGA, fará maior sentido para toda a instituição.

Brevemente, o PGA encontrará seu genitor, sua fonte maior de planejamento, reafirmando assim, a sua importância como um plano que elenca projetos anuais.

Certos, portanto, de que o planejamento estratégico possui um propósito mais amplo e que o PGA é seu fiel soldado, são indicadas metas, pelas quais se deseja a sua conclusão até maio de 2017.

O PGA 2015/2016 encerra-se com a certeza de que planejar é o melhor caminho e seu monitoramento, não apenas se apresenta como importante instrumento de transparência como também de eficiência.

Em todas as áreas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, melhores resultados são apresentados quando se têm noção exata dos caminhos que se deseja percorrer.

É cediço que a criação de um plano não é uma tarefa simples e exige um verdadeiro sacerdócio, pois as múltiplas demandas sempre estão a pressionar para vários direcionamentos. No entanto, não se deve iludir, pois “quando tudo é prioridade nada é prioridade”.

Deseja-se, mais uma vez, que o plano que se apresenta possa nortear os passos dos gestores, os quais, em que pese as limitações de toda ordem, se utilizarão dos melhores instrumentos à disposição para atingir seus objetivos.

A Comissão de Elaboração do PGA 2016/2017 se deparou com um cenário de incertezas orçamentárias no Estado de Minas Gerais, no entanto, a Defensoria mineira, pela sua melhor capacidade de gestão, para 2016, acabou por experimentar um incremento na destinação de seus recursos orçamentários para despesas com custeio e investimento. Situação que dá aos gestores da Defensoria Pública um pequeno conforto para a execução de seus projetos.

No ano de 2015 e início de 2016 houve um significativo investimento em capacitação, notadamente, no que se refere ao tema da gestão pública, conforme se desejou no plano que se finda.

Firmes no propósito de que uma gestão pública moderna se faz com planejamento e capacitação, um novo plano é apresentado com a esperança de que a Defensoria Pública de Minas Gerais se firme, a cada dia, em seu cenário externo e interno.

### 1.1. O que é o PGA?

O PGA tem previsão legal no art.10 da Lei Complementar Estadual 65/2003, tratando-se de um dever imposto ao Defensor Público Geral, que deverá apresentá-lo para referendo do Conselho Superior.

É, assim, um plano anual, portanto, de curto prazo e com caráter mais tático e operacional. O desejado planejamento estratégico, objetivo específico nº 01 dos planos gerais desde 2012, já se torna uma realidade, tendo sido contratada empresa para consultoria em sua elaboração.

Como na versão anterior o presente planejamento pretende fomentar a importância do monitoramento de metas, de forma a medir sua eficácia gradativamente.

### 1.2. Metodologia

A metodologia aplicada também não se afastou das realizadas nos PGAs anteriores. As tarefas foram divididas entre os integrantes da comissão atribuindo-lhes a missão de conversar pessoalmente com cada coordenador regional e de Defensoria Especializada.

Mais uma vez, buscou-se criar um planejamento que pudesse ser executado dentro de 01 (um) ano, embora sem perder a oportunidade de materializar um instrumento que norteasse ações de longo prazo, notadamente, aquelas cuja conclusão dependem de agentes externos, portanto, ultrapassam as forças dos gestores da Defensoria Pública.

Reiterou-se, ademais, o consenso de que o documento necessitava ser claro e conciso, buscando-se a devida divulgação.

Dentro da metodologia adotada, a mensuração das metas foi mantida, de modo a permitir a atuação corretiva e a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto.

O índice de referência, por sua vez, ilustra a situação atual do objetivo específico a ser cumprido.

O indicador representa o que se deseja que seja efetivamente cumprido no plano concreto, seguindo-se da quantificação da meta, expressa conforme a unidade de medida relacionada.

Ressalte-se que a manutenção dos campos integrantes dos documentos anteriores (objetivos, índice de referência, indicador e unidade de medida) facilitou a elaboração de sugestões pelos interessados, já familiarizados com o modelo, além de permitir o monitoramento concreto das ações.

### 3.OBJETIVOS, ÍNDICE DE REFERÊNCIA INDICADORES E METAS

#### 3.1 ÁREA TEMÁTICA: Institucional

**Objetivo Geral: Promover a expansão e modernização da estrutura institucional, incluindo a valorização de defensores e servidores**

#### Defensoria Pública-Geral / DPG

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Concluir o planejamento estratégico da instituição e Escritório de Prioridades Estratégicas	Em execução.	Planejamento estratégico e E. P.E. concluídos	Número absoluto	2
2	Encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei de criação do plano de carreira de servidores administrativos.	Projeto já analisado e aprovado pelo CSDPMG	Projeto de Lei encaminhado	Número absoluto	1
3	Atuar junto aos Poderes Legislativo e Executivo pela aprovação do projeto de lei alterando a Lei Complementar Estadual nº 65/2003 a fim de compatibilizá-la com as recentes alterações na Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 80/1994;	Projeto já encaminhado à ALMG e recebido pelo plenário. Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e recebido em 27/04/2016.	Projeto de Lei aprovado	Número absoluto	1
4	Realizar o I Concurso para provimento de cargos de servidores administrativos.	Projeto já analisado e aprovado pelo CSDPMG	Concurso realizado	Número absoluto	1
5	Aumentar o número de vagas de estágio remuneradas	260 vagas existentes	Número total de vagas de estágio remuneradas	Número absoluto	680
6	Executar o Termo de Cooperação Técnico firmado com o Centro Universitário Newton Paiva para a capital, com o ingresso de	Termo de Cooperação Técnica firmado.	Estágios concedidos	Número absoluto	30

	novos estagiários no Programa de Estágio Obrigatório da DPMG				
7	Elaborar projeto piloto de Estagiário de Pós-Graduação	Estudos de viabilidade iniciados.	Projeto elaborado	Número absoluto	1
8	Apresentar anteprojeto de lei para a criação do Fundo para arrecadação de recursos de custeio e investimento da Defensoria Pública para aprovação do Poder Executivo	Em negociação com o Executivo.	Anteprojeto aprovado	Número absoluto	1
9	Captar recursos junto a outros entes federados e instituições de fomento para a execução de novos projetos	Governo Federal: 2 convênios vigentes em abril/2016: Além da Culpa e Atendimento a Pessoa em Situação de Rua. Emendas parlamentares participação popular: R\$ 100.000,00 - Capacitação, R\$ 100.000,00 - estagiários, R\$ 3.000,00 expansão Defensoria Pública.	Novos projetos financiados	Número absoluto	2
10	Atuar junto ao Poder Executivo e Legislativo para aumento do subsídio do Defensor Público e diminuição do interstício entre classes	Estudos em andamento. Consulta feita ao TCE acerca do aplicação do limite prudencial do Executivo à DPMG	Publicação da lei	Número absoluto	1
11	Promover promoções nas classes de Defensor Público	Recursos já previstos no orçamento 2016. Parecer favorável do TCE acerca do aplicação do limite prudencial do Executivo à DPMG	Promoções realizadas	Número absoluto	150
12	Atuar junto ao Poder Legislativo para implantação do auxílio-alimentação para os membros da instituição	Já existe previsão no orçamento. Projeto de Lei apresentado ao Poder Legislativo.	auxílio-alimentação implantado	Número absoluto	1



13	Publicizar semestralmente o resultado do monitoramento do PGA	Rotina de monitoramento das metas já implantada para o PGA 2016/2017	Monitoramento publicizado	Número absoluto	1
14	Propor regulamento interno da DPMG ao Conselho Superior	Inexistente.	Regulamento interno apresentado ao Conselho Superior	Número absoluto	1
15	Implantar a Ouvidoria da DPMG	Projeto de Lei para a reforma da LC. 65/2003 apresentado à ALMG já contemplando a criação da Ouvidoria	Ouvidoria implantada	Número absoluto	1
16	Promover a VII Semana da Defensoria Pública	Projeto aberto.	Comemoração realizada	Número absoluto	1
17	Realizar concurso de “Boas Práticas Administrativas”, com premiação na Semana do Servidor	Inexistente	Concurso Realizado	Número absoluto	1
18	Elaborar vídeos divulgando as atribuições e o trabalho institucional, bem como matérias técnicas específicas	Vídeos institucionais já produzidos: atribuições gerais (versão I) e promocional do mutirão “Direito a Ter Pai”.	Vídeos elaborados	Número absoluto	7
19	Promover V Concurso de Práticas Exitosas entre os Defensores Públicos, com divulgação das práticas anteriores no sítio institucional	Projeto aberto.	V Concurso concluído	Número absoluto	1
20	Criar memorial da Defensoria Pública	Previsto divulgação da linha do Tempo	Memorial ou exposição criados	Número absoluto	1
21	Buscar recursos para construção das sedes da Defensoria Pública, onde já há terreno.	Tratativas junto a Deputados iniciadas	Sedes com provisão de recursos	Número absoluto	2

22	Dar seguimento à novas locações, para os casos de imóveis inadequados, e à reestruturação de sedes da capital e interior	É procedimento permanente	novas unidades locadas e reestruturadas	Número absoluto	15
23	Realizar concurso para elaboração de projeto padrão de arquitetura das unidades da Defensoria Pública.	Inexistente	Concurso realizado	Número absoluto	1
24	Reformar a unidade da Defensoria Pública de Uberlândia.	Convênio firmado com o Município de Uberlândia para execução	Unidade reformada	Número absoluto	1
25	Criar a Escola Superior da Defensoria	Já existente a Coordenadoria de Capacitação como embrião da Escola Superior. Projeto de Lei para a reforma da LC. 65/2003 apresentado à ALMG já contemplando a criação da Escola Superior.	Escola Superior criada	Número absoluto	1
26	Criar Centro de Desenvolvimento Institucional (CDI)	Criada a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional como embrião do CDI ( Projeto de Lei para a reforma da LC. 65/2003 apresentado à ALMG já contemplando a criação do CDI ), com designação de coordenadora, aguardando os trâmites no Conselho Superior para escolha dos membros da Câmaras de Estudos, que a compõem.	Centro de Desenvolvimento Institucional criado	Número absoluto	1
27	Adaptar imóveis da instituição às normas de acessibilidade.	Novos imóveis locados já adequados à acessibilidade	Imóveis adaptados	Número absoluto	10

28	Implementar projeto de segurança patrimonial e pessoal em unidades da DPMG	Em andamento. Projeto já existente para a capital, estando sendo implantado progressivamente. Algumas unidades do interior já contam com alarme e cerca elétrica. Já divulgado o trabalho e o suporte da Assessoria Militar.	Unidades com projeto de segurança parcialmente ou totalmente implementado	Número absoluto	6
29	Apresentar proposta ao CSDPMG para criação de Defensorias Especializadas/Núcleos, com foco na atuação extrajudicial e tutela coletiva	Inexistente	Proposta apresenta	Número absoluto	1
30	Criar canal de comunicação institucional, por meio digital, para comunicação entre defensores da primeira e segunda instância visando ao compartilhamento de informações vinculadas à atuação processual/extraprocessual	Inexistente	Canal de comunicação criado	Número absoluto	1
31	Reformular logomarca da Instituição de forma que facilite a identificação visual, conforme definição no Planejamento Estratégico a ser concluído.	Inexistente.	Logomarca reformulada	Número absoluto	1
32	Atuar junto ao Poder Judiciário para continuar as melhorias das adequações dos espaços destinadas à DPMG nos fóruns.	Em execução.	Nº de comarcas com salas estruturadas	Número absoluto	10
33	Instalar Unidade da Defensoria Pública em Brasília para atuação nos Tribunais Superiores	Inexistente. Estudos em andamento.	Unidade criada	Número absoluto	1

### 3.1.2 Coordenadoria de Capacitação

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Criar biblioteca com livros jurídicos e multidisciplinares	Em andamento. A Defensoria Pública adquiriu 28 títulos de diversas áreas, em 2015.	Biblioteca criada	Número absoluto	150
2	Realizar palestras sobre a DPMG e sobre o Núcleo Psicossocial para instituições públicas e privadas.	Em andamento. Realizações em torno de 4 por ano.	Palestras realizadas.	Número absoluto	4
3	Realizar curso de atualização para Defensores da DESITS CRIM. , com as mais recentes matérias sobre Processo Penal, Direito Penal e assuntos correlatos, ministrados por Doutores e ou Mestres de renome nacional e experiência na área de recursos em segunda instância.	Inexistente.	Curso realizado	Número absoluto	1
4	Realizar capacitações no interior para servidores nas áreas de direito da Defensoria.	Capacitação realizada na capital.	Servidores capacitados	Número absoluto	2
5	Dar sequência às Conferências Regionais realizadas em parceria com a Corregedoria para padronização do atendimento e troca de experiências	Realizadas em Montes Claros e Pouso Alegre	Cursos realizados	Número absoluto	3
6	Realizar Seminário em Saúde Mental	Programado com a SES	Capacitação realizada	Número absoluto	1
7	Conceder bolsas parciais para realização de mestrado.	Edital a ser publicado	Bolsas concedidas	Número absoluto	3
8	Realizar III Seminário Criminal	Iniciado contato com palestrantes	Seminário Realizado	Número absoluto	1

9	Realizar I Encontro das Defensorias da Família na capital	Inexistente	Encontro Realizado	Número absoluto	1
10	Concluir curso de Mediação	Curso iniciado	Curso Concluído	Número absoluto	1
11	Realizar primeiro encontro dos Defensores em estágio probatório e a Corregedoria, para discussão de temas relevantes acerca da atuação do Defensor Público	Inexistente	Encontro Realizado	Número absoluto	1
12	Realizar Curso de média duração sobre tema relevante em Direito Penal	Inexistente	Curso realizado	Número absoluto	1
13	Arcar com o pagamento das despesas com Congressos e Seminários de importância nacional	Regular financiamento	Defensores beneficiados	Número absoluto	20
14	Promover I Seminário sobre Direito do Consumidor	Inexistente	Seminário Realizado	Número absoluto	1
15	Promover capacitação em gestão pública	Regular realização	pessoas capacitadas	Número absoluto	30

### 3.1.3 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Executar o projeto "SPGF itinerante", no qual uma equipe formada pelas diretorias que compõem a SPGF e mais 02 Assessores do Gabinete vão a cada uma das unidades da defensoria para esclarecer dúvidas, treinar os procedimentos e coletar os dados mais relevantes de cada unidade.	Inexistente.	Visita Realizada	Número absoluto	5 macroregiões

	Revisão dos fluxos de processos internos para aquisição de produtos e serviços desde a solicitação emitida pelo demandante.	Iniciado.Resolução 020/2015.	Revisão concluída.	Número absoluto	1
3	Aprimorar o atendimento do Setor de Manutenção por meio da criação de protocolos, regulamentação das demandas e publicação dos procedimentos atualizados.	Inexistente. Requisição por e-mail, telefone ou formulário	Criação de Ordem de Serviço para atendimento	Número Absoluto	1
4	Otimizar o atendimento às unidades do interior por meio da elaboração do cronograma anual.	Ineficaz	Organização e cumprimento de cronograma.	Número Absoluto	1
5	Implantação do novo sistema de combustível para os veículos oficiais das unidades do interior.	Inexistente	Orientação aos servidores/defensores e encaminhamento semanal das saídas dos veículos	Porcentagem	1
6	Realizar o controle patrimonial das unidades do interior que possuem abaixo de 80 bens na carga e revisão das grandes unidades que apresentaram inconsistências.	Ineficaz	Acerto de carga patrimonial física e sistema.	Porcentagem	1
7	Realizar controle efetivo da utilização do serviço de Correios, observando os critérios da Resolução 048/2013.	Ineficaz	Controlar o envio dos relatórios mensais e orientar quanto à utilização indevida.	Número Absoluto	1

8	Promover a climatização por ar condicionado nas defensorias do interior e capital	150 produtos adquiridos	ar condicionado em todas as sedes	Número Absoluto	113
9	Implementar projeto de disponibilização de água potável em todas as sedes da DPMG	Levantamento das sedes sem disponibilização de água pela DPMG (galão e/ou bebedouro) e melhor método de distribuição em andamento	Projeto implementado	Número Absoluto	1
10	Elaborar projeto de redução de consumo de energia elétrica, água e papel nas unidades I e II da DPMG.	Ineficaz	Projeto elaborado.	Número Absoluto	1

### 3.1.3.1 Diretoria de Recursos Humanos / DRH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Realizar encontros periódicos com os Gestores da Área Meio: Superintendentes, Diretores, Coordenadores e Assessores Técnicos, para desenvolvimento das habilidades de liderança e execução da gestão de pessoas como atividade de "linha", com foco na abordagem sistêmica.	inexistente	Encontros realizados	Número absoluto	2
2	Executar a interiorização dos Projetos "Conversando sobre Pessoas" e "Café com RH" nas Regionais, com a deslocamento da DRH até cada uma delas, para multiplicação do projeto. Cada Regional ficará responsável pela execução do Projeto nas Comarcas que a compõe, em parceria com o SPGF Itinerante.	inexistente	Projeto executado nas Sedes Regionais	Número absoluto	8 Regionais
3	Elaborar Manual de Procedimentos da Diretoria de Recursos Humanos, com divulgação na intranet para consulta, onde constarão informações sobre direitos e vantagens de Membros e Servidores, com definição dos requisitos e procedimentos	inexistente	Manual elaborado	Número absoluto	1

	necessários.				
4	Elaborar estudo para reavaliação das necessidades de alteração das atuais Deliberações sobre as normas de pessoal, apontando as rotinas ainda pendentes de regulamentação.	Estudos em andamento.	Estudo elaborado	Número absoluto	1
5	Elaborar o projeto de Digitalização das pastas funcionais de defensores e servidores.	inexistente	Projeto elaborado	Número absoluto	1
6	Elaborar o projeto de informatização das rotinas de pessoal em parceria com a SGI	inexistente	Projeto elaborado	Número absoluto	1

### 3.1.4 Superintendência de Gestão da Informação / SGI

#### 3.1.4.1 Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Criar funcionalidade no SIGED para lançamento/arquivamento digital de acordos efetuados, pelo nome do assistido, a fim de reduzir a quantidade de papéis impressos.	Inexistente	Funcionalidade criada	Número absoluto	1
2	Implantar sistema de atendimento nas comarcas regionais da DPMG	Inexistente.	Sistema implantado com instalação de equipamentos e sua parametrização.	Número absoluto	1
3	Implantação de sistema – Forum de discussão para os Defensores tratarem assuntos relativos a execução de suas atividades e troca de informações relevantes.	Inexistente.	Instalação do sistema e parametrizações necessárias.	Número absoluto	1



4	Desenvolver e implantar novo módulo para controle de processos do cartório da corregedoria da DPMG.	Inexistente.	Módulo desenvolvido e implantado	Número absoluto	1
5	Desenvolver e implantar novo módulo para controle de estágio probatório.	Inexistente.	Módulo desenvolvido e implantado	Número absoluto	1
6	Desenvolver e implantar novo módulo para controle de processos do conselho superior integrando os setores (Gabinete, Corregedoria e Conselho Superior)	Inexistente.	Módulo desenvolvido e implantado	Número absoluto	1
7	Implementar normatização do desenvolvimento de sistemas e organização de tabelas do Banco de Dados do sistema SIGED	Inexistente.	Normatização e organização do banco de Dados implementado	Número absoluto	1
8	Elaborar Termo de Referênciado novo SIGED para contratação de empresa desenvolvedora	Estudos iniciados	Termo de referência elaborado	Número absoluto	1

### 3.2 ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico

**Objetivo Geral: Incrementar os serviços prestados pela Defensoria em todas as suas áreas de atuação, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços**

#### 3.2.1 Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Realizar campanhas informativas para a população no interior sobre a importância das atribuições da Defensoria Pública de maneira mais incisiva e ostensiva, viabilizando o cumprimento dos comandos constitucionais e a garantia, de modo cada vez mais	Projeto de Espera em execução na capital e Ponte Nova e com previsão de implementação em Betim.	Campanhas realizadas	Número absoluto	5

	efetivo, dos direitos dos necessitados;				
2	Realizar projeto de atendimento itinerante, com foco em municípios com baixo IDH, com objetivo de levar além do atendimento jurídico outros serviços relevantes à população, agregando parceiros ao projeto.	Inexistente.	Municípios visitados	Número absoluto	5
3	Expandir o projeto MESC para Defensorias do interior	O projeto está em fase de implantação nas comarcas de Passos, Janaúba e Ribeirão das Neves. Além destas, manifestaram interesse em executar o projeto: Betim, Ponte Nova, Santa Luzia e Uberlândia.	Defensorias com o projeto MESC implementado	Número absoluto	5
4	Expandir o projeto "Direito a Ter Pai " no interior	Última edição realizado em 35 comarcas	Comarcas com o projeto executado	Número absoluto	45
5	Promover a Distribuição das Cartilhas relativas às atividades de maior visibilidade	Cartilhas distribuídas por solicitação.	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	10.000

### 3.2.2 Área Atendimento inicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Efetivar o atendimento agendado de assistidos da Capital, extinguindo-se as filas de acesso ao serviço prestado pela DPMG.	Em andamento. Trata-se de espécie de call center, para fins de cadastramento e agendamento de assistidos para atendimento inicial nas áreas cível e família. Equipamentos de call center adquiridos. Este objetivo aguarda tão	Atendimento via CRC realizado	Número absoluto	1

		somente a contratação de estagiários e funcionários para que seja implementado pela Coordenação do Atendimento. Aguarda, ainda, passo a passo a ser criado pelas coordenações de Família e Cível.			
2	Revisar e divulgar o Manual de Práticas do Setor de Atendimento	Em andamento. Iniciada a revisão.	Manual de Práticas revisado e divulgado	Número absoluto	1
3	Promover visitas domiciliares e institucionais pela equipe multidisciplinar do núcleo psicossocial.	Em andamento. Visitas já vem sendo realizadas .	Visitas realizadas	Número absoluto	50
4	Ampliar e fortalecer os contatos relacionados a parcerias já firmadas com a rede social, a cargo do Núcleo Psicossocial.	Em andamento. Já foram realizadas visitas a várias instituições.	Ampliação e fortalecimento das parcerias.	Número absoluto	6
5	Reestruturar o Setor de Atendimento do prédio II	Não realizado. Aguarda verba para aquisição de materiais e realização de melhorias. Estudos concluídos. Projeto arquitetônico pronto. Pequenas e pontuais melhorias realizadas.	Setor reestruturado.	Número absoluto	1
6	Criar e implementar projeto de atendimento aos assistidos com indícios e/ou sofrimento mental e quadros de agressividade, bem como a seus familiares, e normatizar a forma de atendimento de tais assistidos.	Em andamento. Estudos realizados, iniciada elaboração do projeto. Reuniões sendo realizadas com setores. Solicitada sala para atendimento aos assistidos.	Projeto criado e implementado. Normatização realizada.	Número absoluto	1

7	Expandir para comarcas com grande fluxo de atendimento o sistema de atendimento por senhas eletrônicas	Inexistente	Comarcas com sistema implantado	Número absoluto	5
---	--	-------------	---------------------------------	-----------------	---

### 3.2.3 Área Cível

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Promover Mutirão de Usucapião nos processos judiciais mais antigos em trâmite perante a Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte mediante: 1) levantamento e quantificação do número de processos patrocinados pela Defensoria Pública e distribuídos até 31/12/2005; 2) designar um grupo de Defensores Públicos responsáveis por analisar cada processo: identificar as diligências necessárias para que o feito seja devidamente saneado (ex: regularização das partes, apresentação de certidões atualizadas, memorial descritivo, croqui); identificar os processos em fase de especificação de provas; identificar os feitos que comportam julgamento imediato; 3) Convidar os assistidos em dia pré agendado para que as diligências faltantes sejam cumpridas ; 4) Apresentar ao Juízo da Vara de Registros Públicos os processos hábeis à designação de AIJ e sentenciamento ; 5) Participar das audiências designadas;	Inexistente	Mutirão realizado	Número absoluto	1
2	Estabelecer parcerias com instituições de ensino públicas/privadas para indicarem profissionais habilitados a atuarem como agrimensores, a fim de que forneçam gratuitamente o memorial descritivo e croquis necessários às	Inexistente	Parcerias formalizadas	Número absoluto	2

	ações de usucapião.				
3	Realizar Mutirão Extrajudicial DPVAT na capital e interior em parceria com a Seguradora Líder.	Inexistente	Mutirão realizado	Número absoluto	1
4	Implantar núcleo de arbitragem da capital (de acordo com a Deliberação nº 24/2015 do Conselho Superior que aprovou o regulamento da arbitragem no âmbito da DPMG).	Inexistente	Núcleo implantado	Número absoluto	1
5	Formalizar Termo de Cooperação Técnica com o TJMG/CGJ, o Colégio Registral Imobiliário para acesso e utilização do banco de dados da Central Eletrônica de Registro de Imóveis de MG	Inexistente	TCT formalizado	Número absoluto	1

### 3.2.4 Área Família e Sucessões

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Formalizar parceria com o Banco do Brasil, para requerimento de abertura de contas para depósito de pensão, nos mesmos moldes judiciais, feitas a requerimento do Defensor Público.	Inexistente.	Parceria firmada	Número absoluto	1
2	Fortalecer o programa "Ampla Defesa ao Réu citado por edital e por hora marcada" nas comarcas do interior.	Inexistente.	Programa fortalecido	Número absoluto	1
3	Fortalecer o Programa "Ampla Defesa ao Réu Citado por Edital e por Hora Certa" na 13ª Def. de Família de Belo Horizonte.	Existente.	Pessoas localizadas	Número absoluto	200
4	Ampliação do Centro de Mediação e Conciliação Familiar, diminuindo o número de ações judiciais distribuídas pela Defensoria na área de família.	Fortalecimento e ampliação do Centro de Mediação e Conciliação Familiar.	Percentual de sucesso nas mediações	%	30%

5	Elaboração do Boletim Informativo “Tirinhas de Família”, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior.	Inexistente.	Boletim informativo trimestral elaborado e publicado que deverá ser mantido	Número absoluto	4
6	Executar o V “Mutirão Direito a Ter Pai” em Belo Horizonte	Projeto iniciado em 2012, realizado em regra no mês de outubro de cada ano, com grande visibilidade para a Defensoria.	Mutirão a ser realizado	Número absoluto	1
7	Executar o “II Mutirão Casamento Heteroafetivo” ou o “II Mutirão Casamento Homoafetivo” em Belo Horizonte	Projeto já executado com sucesso em anos anteriores, faltando apenas definir o Mutirão que vai ser realizado.	Mutirão a ser realizado	Número absoluto	1
8	Criar e implantar projeto de otimização do atendimento aos assistidos pelos Defensores das Varas de Família da Capital, em relação a processos em andamento.	Projeto em análise pela Coordenadoria do Atendimento da Capital. Situação atual não atende satisfatoriamente aos interesses dos assistidos e dos Defensores.	Finalizar o projeto para, se possível, promover a implantação	Número absoluto	1
9	Realizar o I Encontro dos Defensores Curadores da Família da DPMG	Ainda não foi realizado nenhum Encontro dos Defensores Curadores da Família da DPMG.	Encontro a ser realizado com Defensores da capital, metropolitana e interior	Número absoluto	1

### 3.2.5 Área Criminal

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Interiorizar a atuação nas audiências de custódia.	Inexistente.	Unidade em atuação	Número absoluto	5
2	Atuar junto aos órgãos e Poderes constituídos para possibilitar a participação de Defensores Públicos da Justiça Militar nos processos de elaboração legislativa para alteração da competência das justiças militares estaduais.	Inexistente.	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
3	Estabelecer plantões para implementação das audiências de custódia na Justiça Militar	Inexistente.	Plantões estabelecidos	Número absoluto	1
4	Propor a criação da Especializada da Justiça Militar.	Inexistente.	Proposta apresentada	Número absoluto	1
5	Elaborar projeto de criação de um núcleo de atendimento criminal na Defensoria Pública	Atualmente, na prática, a triagem do atendimento criminal de toda capital tem sido feito pela servidora da DEUC, a qual possui outras atribuições.	Projeto elaborado	Número absoluto	1
6	Criar fluxo de atendimento e cooperação entre a Defensoria Especializada de Urgências Criminais e a Unidade Gestora de Monitoramento Eletrônico.	Inexistente.	Fluxo criado	Número absoluto	1
7	Expandir o atendimento do preso pelo sistema de videoconferência, em parceria com a Secretaria de Defesa Social.	Existente em Janaúba e Nova Lima	Novas comarcas com atendimento por videoconferência	Número absoluto	7
8	Capacitar os Defensores Públicos da área criminal para atuarem no	Inexistente	Capacitação	Número	1

	Processo Judicial Eletrônico.		realizada	absoluto	
9	Atuar junto aos órgãos e Poderes constituídos para incluir de noções sobre direitos e garantia fundamentais nos cursos de formação de policiais, bombeiros e agentes penitenciários.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
10	Criação do informativo Criminal da Defensoria Pública, através de parceria entre a Coordenação Criminal da Capital e a Coordenação da 2ª Instância Criminal.	Inexistente	Informativo criado	Número absoluto	1
11	Ampliar a Equipe Psicossocial do Núcleo de Urgência Criminal.	Atualmente possui uma psicóloga e uma assistente social	Número de psicólogos/ número de assistentes sociais acrescidos	Número absoluto	01 / 01
12	Reestruturar o fluxo de atendimento entre a equipe psicossocial do Núcleo de Urgência Criminal e as Defensorias Especializadas.	Estudos em andamento	Fluxo reestruturado	Número absoluto	1

### 3.2.6 Defensorias Especializadas

#### 3.2.6.1 Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais - DPDH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Executar o projeto "Atendimento a Pessoa em Situação de Rua"	Convênio firmado.	Ações realizadas	Número absoluto	5
2	Promover o planejamento da atuação da DPDH em demandas coletivas pela implementação de políticas públicas em favor da	Inexistente	Reuniões/Roda de Conversa e Aud	Número	3



	população em situação de rua e nas políticas públicas de habitação por meio da realização de Rodas de Conversa com os Movimentos Sociais		Pública realizada	absoluto	
3	Elaborar e publicar relatório das ações coletivas e dos procedimentos administrativos coletivos em andamento na DPDH	Inexistente	Relatório elaborado	Número absoluto	1
4	Elaborar relatório sobre o funcionamento e atividades realizadas pelos Defensores Públicos da DPDH, de forma a possibilitar o aprimoramento do relatório de atividades no SIGED - módulo Corregedoria	Inexistente	Relatório elaborado	Número absoluto	1
5	Promover audiências públicas para debater e publicizar temas importantes que demandem políticas públicas;	Inexistente	Ações realizadas	Número absoluto	3
6	Elaborar pareceres sobre a atuação da Defensoria Pública em conflitos coletivos pela posse da terra; elaborar parecer sobre a atuação da Defensoria Pública em usucapião extrajudicial; elaborar parecer sobre o acesso da população de rua à unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida	Inexistente	Pareceres elaborados	Número absoluto	3

### 3.2.6.2 Defensoria Pública Especializada da Saúde

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar orientação jurídica certa e precisa a portadores de enfermidades e/ou a seus familiares.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	6
2	Participar ativamente do Comitê de Saúde, cujas reuniões são mensais, com a finalidade de discutir as políticas públicas de assistência à saúde, que são ou serão adotadas pelo Poder Público, com o objetivo de buscar soluções viáveis e exeqüíveis.	Inexistente	Participação em reuniões do comitê	Número absoluto	11

3	Atuar junto ao Poder Judiciário e a outros órgãos relevantes para a saúde pública, mediante participação em reuniões e seminários periódicos, com o objetivo de disponibilizar informações a respeito das dificuldades e problemas vividos pela população carente, precipuamente com base na experiência vivenciada pelos Defensores Públicos, diante da insuficiência das políticas públicas de assistência à saúde.	Inexistente.	Participação em reuniões e seminários	Número absoluto	4
4	Fortalecer o intercâmbio entre Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Secretaria de Município de Saúde de Belo Horizonte, com o objetivo de não só dar continuidade ao Termo de Cooperação Técnica, como igualmente, aprimorá-lo, ampliando o objeto do referido Termo para incluir nele o fornecimento de medicamentos não padronizados no Sistema Único de Saúde, o que evitaria a judicialização de uma série de questões ainda hoje objeto de ações judiciais.	Inexistente. Celebrado TCT com a SES com o objetivo de expansão do TCT Saúde.	Defensorias do Interior com Parcerias Firmadas	Número absoluto	6
5	Celebrar Cooperação com instituições públicas hospitalares com o objetivo de auxiliar tecnicamente, mediante a elaboração de laudos médicos, a Defensoria Pública nos casos judicializados ou a serem judicializados.	Inexistente	Parceria formalizada	Número absoluto	1
6	Ampliar o quadro pessoal da equipe multidisciplinar atuante na Capital, com a inclusão de um(a) psicólogo(a), a fim de melhor estruturar a execução de um novo projeto de atendimento mais qualificado e aprimorado das demandas apresentadas por nossos assistidos, que versem sobre a pretensão da promoção de internações compulsórias; projeto este a ser executado em parceria por esta Especializada, a Coordenação de atendimento e a referida equipe multidisciplinar, com o escopo de reforçar as	Inexistente	Profissional contratado	Número absoluto	1

soluções não judicializadas de tais casos concretos.

### 3.2.6.3 Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Criar núcleo de atendimento multidisciplinar interno, com profissionais e estagiários da assistência social e psicologia, para estudos de caso e acolhimento das assistidas.	Inexistente. Ainda não implementado em razão da falta de profissionais e estagiários da psicologia e assistência social.	Estrutura criada	Número absoluto	1
2	Promover intervenção nas comunidades com maior índice de violência doméstica por meio de educação em direitos e técnicas de mediação de conflitos, em parceria com órgãos de atuação local.	Em andamento. Participação iniciada em capacitações e eventos de forma não sistemática, nos territórios, em parceria com entidades governamentais e da sociedade civil.	Nº de Comunidades atendidas e ou com intervenções realizadas	Número absoluto	5
3	Promover articulação política com as Casas Legislativas	Em andamento. Reuniões com deputados, participação em grupos de trabalho, ciclos de debates e audiências públicas	Articulações efetivadas junto a ALMG e Câmara Municipal de BH	Número absoluto	7

### 3.2.6.4 Defensoria Especializada da Infância e Juventude

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Realizar o I Encontro Estadual de Defensores Públicos da Infância e da Juventude da DPMG, visando a integração operacional.	Inexistente.	Encontro realizado	Número absoluto	1
2	Criar projeto para padronização da estrutura de atendimento em todo o Estado	Inexistente.	Projeto criado	Número absoluto	1

3	Atuar junto às entidades de acolhimento para prestar atendimento jurídico especializado às crianças e adolescentes nos termos das recomendações do Fórum Nacional Permanente dos Defensores Públicos Coordenadores de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Inexistente.	Entidades visitadas	Número absoluto	12
4	Expandir o Projeto Além da Culpa (Justiça Restaurativa para Adolescentes) da Defensoria Especializada da Inf. Juv. de Juiz de Fora, para as demais Def. Especializadas da Inf e Juv.da DPMG	Inexistente.	Projeto expandido	Número absoluto	8
5	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada.	Inexistente.	Cartilhas produzidas	Número absoluto	5000
6	Firmar parcerias com faculdades de psicologia e assistência social, por meio de custeio de bolsa de um estagiário, a fim de permitir oferta de atendimento psicológico e avaliação técnica por meio de sindicâncias e, por meio de tais estudos, elaborar peça técnica que possa colaborar no deslinde de ações de guarda, adoção e medidas protetivas.	Inexistente	Parcerias firmadas	Número absoluto	2

### 3.2.6.5 Defensoria Especializada do Idoso e do Deficiente

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Atuar na rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência e com assento e participação nos conselhos	Parcialmente realizado. A DPMG já atua ativamente na rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência, mas ainda não tem assento nos conselhos.	Participação em reuniões do conselho.	Número absoluto	10

2	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho do Idoso	Inexistente.	Reuniões realizadas	Número absoluto	10
3	Criar estrutura de atendimento dotada de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, para atendimento adequado ao idoso e à pessoa com deficiência	Inexistente.	Estrutura multidisciplinar criada	Número absoluto	5
4	Firmar parceria com a BHTRANS, no intuito de facilitar o trâmite dos pedidos de passe livre para pessoa com deficiência	Parcialmente realizado. Foram realizadas reuniões, mas parceria ainda não firmada.	Parceria firmada	Número absoluto	1

### 3.2.6.6 Defensoria Especializada do Consumidor

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada.	Em andamento. O texto da cartilha já foi elaborado, pendente as providências para produção das peças.	Cartilha elaborada e encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	1
2	Atuar junto aos principais fornecedores, especialmente instituições financeiras, para viabilizar parcerias para solução alternativa de conflitos.	Em andamento. A Defensoria já opera com algumas instituições entre elas o Itaú, Santander e TIM.	Parcerias firmadas	Número absoluto	5
3	Participar ativamente do Comitê de Saúde, cujas reuniões são mensais, com a finalidade de discutir assuntos relativos à saúde suplementar.	Em andamento	Reuniões realizadas	Número absoluto	11
4	Fortalecer a atuação da Especializada do Consumidor nas ações coletivas.	Em andamento. No mês de abril/16, o Núcleo do Consumidor distribuirá uma ação coletiva .	Ações distribuídas	Número absoluto	3

5	Criar o projeto "pílulas de consumo", que consistirá em pequenos pergaminhos com frases diretas, redigidas em linguagem simples com orientações sobre Direito do Consumidor, para serem distribuídas em todo o Estado de Minas Gerais.	Inexistente	Projeto realizado	Número absoluto	1
6	Realizar reuniões bimestrais sobre educação ao consumo aberto ao público da DPMG, inclusive com possibilidade de serem gravados pequenos "esquetes" para veiculação em todo o Estado.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

### 3.2.6.7 Defensoria Especializada Tribunais Superiores

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
1	Criar repertório de jurisprudência dos Tribunais Superiores, atualizados mensalmente, com acesso simplificado através do SIGED.	Inexistente	Repertório de jurisprudências criado	Número absoluto	1
2	Fortalecer estruturalmente o setor de Distribuição de Processos	Inexistente	Setor reestruturado	Número	1
3	Realizar reuniões por videoconferência para facilitar intercâmbio entre 1ª e 2ª Instância	Inexistente.	Reuniões realizadas	Número	2
4	Realizar Fórum dos Defensores na intranet, visando a padronização de atuação na Desits-CI	Inexistente.	Fórum realizado	Número	1

#### 4. CONCLUSÃO

Resta apresentado mais um Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública, que é o instrumento de planejamento previsto na Lei Orgânica da instituição, importando no encerramento de um ciclo interno.

Resultado de um trabalho conjunto entre os coordenadores, Defensores Públicos e servidores, cuja participação se mostrou mais expressiva dentre as edições já realizadas, é certo que não se apresenta como um plano estático, na medida em que novas necessidades poderão surgir quando de sua execução.

Manteve-se os pilares do plano celebrado quando do início da gestão 2014/2016, quais sejam: valorização do defensor público e servidor, melhoria na estrutura administrativa e melhoria dos serviços. Tais pilares se complementarizam com a criação do arcabouço normativo da instituição, a saber, a reforma da lei orgânica estadual, a aprovação de lei que cria os cargos de apoio administrativo e técnico-jurídico, bem como de lei que cria um fundo de custeio e investimento. Tais medidas legislativas, embora tenham sido perseguidas esbarraram em dificuldades externas que deseja sejam contornadas brevemente.

Assim, por mais dificuldades que possam existir no plano externo, não se deve perder o foco do planejamento como instrumento vital de gestão. Afinal, é o único caminho seguro a perseguir.

No plano que se findou apresentaram-se importantes resultados, como a estruturação de número significativo de Defensorias e a expansão do órgão, seja por meio de seus projetos estruturantes, com o Direito a Ter Pai, Justiça Itinerante e Casamentos Coletivos, seja por meio da criação de novos órgãos de execução.

Mais uma vez, é o momento de agradecer a todos os envolvidos que, com esperança e foco nas dificuldades, apresentou suas demandas emergentes e de longo prazo.

Com referência ao plano que se encerra é devido ainda que todos os atores sejam louvados pelo árduo trabalho despendido.

Encerra-se, o PGA 2016/2017 com ânimos renovados e com a certeza de que muito ainda está por construir, certos de que a Defensoria Pública de Minas Gerais está a cada dia mais próxima do povo mineiro.



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)